TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS NEOLIBERAIS:

implicações para a formação do Serviço Social Brasileiro¹

Rachel Gouveia Passos²
Jerillee Silva de Arruda³

RESUMO: Nesse artigo apresentamos alguns elementos que possibilitam compreender melhor as condições do trabalho docente de assistentes sociais em Instituições de Ensino Superior (IES). A partir de indagações e reflexões construídas ao longo do percurso da formação e do exercício profissional, foi que surgiu o interesse em desenvolver a presente análise. Pretende-se retratar sobre as transformações no ensino superior que impactam a formação dos discentes e que denotam, nesse sentido, uma série de tensões em relação à formação e na efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Assim, através da compreensão de que o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana, à luz da perspectiva histórica marxiana, torna-se possível relacionar os impactos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a ofensiva neoliberal ao trabalho docente, nesse caso destacando o curso de Serviço Social, tornando-se, portanto, fundamental a compreensão da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e o seu processo de execução. Utilizou-se levantamento e análise bibliográfica e a experiência da formação em uma instituição educacional de cunho empresarial.

Palavras-Chave: Serviço Social – Trabalho – Trabalho Docente – Neoliberalismo – Formação.

TEACHING WORK IN NEOLIBERAL TIMES: implications for the formation of the Brazilian Social Work

ABSTRACT: In this article we present some elements that make possible to better understand the conditions of the teaching work of social workers in higher education institutions. Coming from the inquiries and reflections built along the course of training and professional practice, it grew the interest on developing the analysis presented. It is intended to portray the transformations in higher education that impacts the training of students and that denote, in

¹ Este artigo é uma versão revista do trabalho de mesmo título apresentado no III SEMTEPP – Seminário Trabalho, Educação e Políticas Públicas, ocorrido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de 22 a 24 de setembro de 2015, em Nova Iguaçu(RJ).

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade de Coimbra; Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ; Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Atua como docente do Curso de Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Integra o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPS/UERJ/CNPQ). E-mail: rachel.gouveia@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Anhanguera de Niterói. E-mail: jerillee_arruda@yahoo.com.br

this sense, a series of tensions related to the formation and in the effectiveness of the professional ethical-political project of Social Work. Thus, through the understanding that work is the founding category of human sociability, in the light of the Marxian historical perspective, it becomes possible to relate the impacts of changes in the world of work and the neoliberal offensive to the teaching work, in this case highlighting the social work course, thus becoming essential to understand their insertion in the social and technical division of labor and its implementation process. We used a survey and bibliographic analysis, also the experience of the training in an educational institution with a business nature.

Keywords: Social Work – Work – Teaching Work – Neoliberalism – Formation.

Introdução

A partir de indagações e reflexões construídas ao longo do percurso da formação profissional, temos percebido e questionado a precarização do trabalho, especificamente, no que diz respeito ao trabalhador docente com formação em Serviço Social. Nesse sentido, é através do entendimento de que o trabalho é a categoria central da sociabilidade humana, que se torna imprescindível a discussão dos embates das transformações realizadas no mundo do trabalho e acometida do neoliberalismo nesse espaço sócio-ocupacional.

A temática da precarização do trabalho não é mais uma novidade nos debates acadêmicos por ser intrínseco ao cenário contemporâneo. Porém, é de suma importância analisarmos as diferentes formas de manifestações desse fenômeno que ao longo dos anos vem se metamorfoseando e se tornando cada vez mais latente assumindo dimensões radicais com profundas obstacularizações ao desenvolvimento de um trabalho profissional mais qualificado, crítico e emancipador.

O capitalismo na contemporaneidade vem efetuando transformações que alteram o sentido da educação, uma vez que se sobrepõe e se descaracteriza a relação do trabalho docente. Proletariza-se este trabalho, tornando-o cada vez mais mecanizado, racionalizado, gerenciado e esvaziado de seu conteúdo científico, concretizando-se gradativamente na expropriação do conhecimento dos docentes e proporcionando uma desqualificação da formação nas universidades brasileiras. Pretende-se apresentar elementos sobre a temática a partir de levantamento e revisão bibliográfica, além da vivência de uma formação precarizada em uma universidade direcionada para a lógica mercantil.

Nesse caminho, a presente análise encontra-se dividida em três seções: o primeiro deles discorre, de forma preliminar, sobre a perspectiva marxiana da centralidade do trabalho e de seu processo; a segunda seção tem o objetivo de apontar as reconfigurações do trabalho na contemporaneidade conceituando trabalho produtivo, improdutivo e serviços; e, a terceira, visa problematizar as contrariedades colocadas defronte a

precarização do trabalho docente dos assistentes sociais nas Instituições de Ensino Superior (IES) em tempos neoliberais a fim de identificar sua relação com a contrarreforma do Estado e seus impactos para a política de educação superior brasileira, a qual impele questionar se esta problemática traz rebatimentos significativos para a qualidade no processo de formação e na materialização do projeto ético-político profissional.

A centralidade e o processo da categoria trabalho

Segundo Marx trabalho é: “uma condição de existência de homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120). Com outras palavras, quer dizer que a relação do ser social com o mundo surge a partir do processo de conscientização e que, quanto mais esse homem se reconhece, mais constrói formas de agir sobre o mundo, tornando-se um ser dinâmico à procura da verdade sobre os conflitos essenciais da existência humana: o ser, o saber e o fazer. Por isso o trabalho é algo constitutivo ao homem nesta ou em qualquer tipo de sociedade. Essa relação dialética entre homem/natureza ocorre porque não há como modificar o que está a nossa volta sem modificar a nós mesmos, e vice-versa, transformação esta que se vincula sempre a subjetividade humana em constante evolução.

O ser humano para se desenvolver – comer, beber, vestir, morar etc. –, ou seja, para satisfazer as suas necessidades primárias, teve que aprimorar os meios para a realização destas. Na obra marxiana esses meios são condição *sine quo non* para toda a história da humanidade, pois é através do trabalho que o homem interage com a natureza extraíndo dela o que necessita para sobreviver. Logo, o homem constrói-se como ser social estabelecendo relações sociais no âmbito da produção e reprodução social ao mesmo tempo em que produz meios materiais reproduz também o espiritual (MARX, 2013).

A humanidade existe somente por meio das condições materiais e imateriais estabelecidas através das relações sociais determinadas historicamente como resultado do processo de produção capitalista e, desse concebido modo de produção se emolduram não só as mercadorias em si produzidas para satisfação de necessidades básicas, mas também todas as ideologias e seus complexos como os modos de ser, agir, sentir, os valores e representações de uma sociedade; ou seja, toda relação social que constitui a sociabilidade humana é produto da atividade social desta dada produção capitalista, ocultando nas relações antagônicas todo o processo que as perpassam.

O trabalho é a categoria fundante para a existência da vida humana e sua sociabilidade como um processo de humanização, por outro lado, há a possibilidade de examinarmos

ponderadamente que este mesmo trabalho é transformado, na sociedade capitalista, em trabalho alienado, exteriorizado, estranhado por ter se tornado condição de subsistência. Há uma desumanização do trabalhador frente ao resultado de sua atividade produzida, pois não o reconhece como algo que o satisfaça, mas sim, algo que o degrada.

O processo de produção do capital constitui-se através do trabalho útil criador de novos valores de uso. O capitalista, depois de destituir o trabalhador dos meios de produção, apropria-se dessa força de trabalho em todos os sentidos: é proprietário das mercadorias utilizadas no processo de produção e proprietário, também, da força, do tempo de trabalho e de todo o controle e vigilância sobre o “seu” trabalhador.

O processo de trabalho⁴ é concluído quando o produto é constituído em valor de uso por meio do trabalho despendido sobre o objeto. Assim, a valorização do capital⁵ se dá a partir da imensa acumulação e produção de mercadorias (produto do trabalho que possui a finalidade de satisfazer uma carência, necessidade ou desejo humano). Portanto, “o produto deste trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2013, p. 259).

No que concerne às sociedades anteriores, considera-se que o modo de produção capitalista representou um grande avanço histórico na face das sociedades permitindo que o ser social adquirisse consciência de si mesmo como sujeito histórico. Porém, essas mesmas relações ampliadas pelas capacidades e possibilidades humanas, também criam mecanismos de negação impedindo sua concreta realização, produzindo outras formas de alienação.

Desse processo de valorização das coisas e desvalorização dos homens nas relações de produção obtêm-se relações invertidas onde estas (as relações humanas) são reificadas e transformadas em mercadorias. Isso porque no processo de produção capitalista, essas condições e relações que são determinadas por condicionantes históricos de um dado

⁴ “Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, a quem pertence seu trabalho, o processo de trabalho apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. [...] O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”. (MARX, 2013, p. 262-263).

⁵ “Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização”. (MARX, 2013, p. 271).

modo de produção não transformam somente as coisas materiais, mas moldam os valores, as representações, o modo de ser e de existir todos regulados ao modo de produzir, fazendo com que sejam encobertos os antagonismos que permeiam as relações. A produção social, desse modo, transforma-se em relação social entre classes sociais, entre pessoas que determinam toda a dinâmica do processo da vida social em todas as esferas da sociedade.

Trabalho produtivo, improdutivo e serviços

Para refletir sobre o processo de trabalho na esfera dos serviços, a partir das mudanças no mundo do trabalho e das novas configurações da atuação dos assistentes sociais enquanto docentes nas IES, faz-se necessário compreendermos os distintos conceitos marxistas sobre trabalho produtivo e improdutivo cujo cerne está no significado do modo de produção e não na sua função instantânea.

A especificidade do modo de produção capitalista que exprime a organização de alguns processos e relações é que deve caracterizar se o trabalho é produtivo ou improdutivo, ainda que seu desenvolvimento não seja no “chão da fábrica”, pois é de fundamental importância essa distinção para compreendermos a análise do sistema capitalista de produção.

[...] Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza directamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para o executante – numa mais-valia representada sobre um sobreproduto. [...] Quando se compra o trabalho para o consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como factor vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. (MARX, 1975, p. 93-95).

Sabe-se que a intensificação da produtividade é produto do processo de trabalho que com o avanço da tecnologia e da ciência, tendeu a diminuir a absorção da força de trabalho, o que possibilita a intensificação do trabalho morto em relação ao trabalho vivo. Contudo, nas reflexões marxistas, jamais haverá a eliminação total do trabalho vivo, de modo que se evidencia que o capital metamorfoseia todas as formas de trabalho e capital por meio dos variados processos de valorização – processo este explicado por Marx como trabalho produtivo. Trabalho produtivo é, portanto, aquele que produz mais-valia e que abarca uma relação determinada entre compra e venda do trabalho, quer dizer, o conjunto de relações engendradas pela força de trabalho dentro do processo capitalista de produção que, sendo subjugado por este, é produtor de valor.

Por outro turno, o trabalho improdutivo é compreendido como um processo em que trabalho é trocado diretamente por dinheiro e não produtor de capital, não sendo, portanto, produtivo. Neste caso, o capitalista está comprando um serviço e o dinheiro funciona como meio de circulação e não como capital. Desta maneira,

assim como as mercadorias que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em fatores do capital, também tal não acontece com os serviços que compra de livre vontade ou forçado (ao Estado etc.), por causa de seu valor de uso, para consumo (MARX, 1975, p. 95).

Para não restar dúvidas ao conceito de trabalho improdutivo na concepção marxiana, citamos um dos exemplos clássicos que Marx (1975) utiliza em seu Capítulo Inédito D’o Capital:

[...] uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. [...] O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria, (*gardening, tailoring*) etc., pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos estamos ante um assalariado ou diarista, mas trata-se, num caso, de trabalhador produtivo e, noutro, de improdutivo, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro caso não; porque, num caso, seu trabalho constitui um momento de autovalorização do capital; no outro caso não (MARX, 1975, p. 99, grifo do autor).

Assim, o trabalho no setor de serviços mais especificadamente do docente –na esfera pública – neste determinado tempo histórico conceitua-se como imaterial e, por isso, se torna improdutivo uma vez que não é concretizado em mercadoria e não pode ser distanciado de quem o produz, e, por fim, não produz mais-valia. Entretanto, com as novas formas de organizações do trabalho ao longo da expansão e desenvolvimento capitalista, o trabalho docente, em destaque no âmbito da esfera privada, mesmo sendo imaterial deixa de ser improdutivo. Logo, queremos dizer que o trabalho docente nas IES privadas produz mais-valia.

Deste modo, as especificidades do modo de produção capitalista expressas nas relações e processo de trabalho são o que diferencia o trabalho produtivo do trabalho improdutivo, “[...] assim [esta] distinção [...] representa uma questão decisiva na análise do capitalismo, e mostra-nos mais uma vez como as formas sociais dominam e transformam a significância das coisas e processo materiais” (BRAVERMAN, p. 344).

Harry Braverman (1987), em *Trabalho e capital monopolista*, refletiu sobre as mudanças do processo de trabalho na fase do capitalismo monopolista, com maior destaque para a racionalização da organização do trabalho com a incessante aplicação da

gerência⁶, da tecnologia na atividade produtiva e econômica e do acelerado aumento do setor de prestação de serviços.

O fato de que o trabalho seja utilizado na fabricação de produtos úteis ou nocivos não nos interessa no momento. Interessa-nos o excedente do trabalho distribuídos em novas formas de produção ou não produção, visto que foi deste modo que a estrutura ocupacional e, portanto, a classe trabalhadora foi transformada. Já examinamos a maneira pela qual as ocupações no seio das indústrias fabris são redistribuídas e o saldo é canalizado ao trabalho indireto de modo que o trabalho nas massas, como é aplicado diretamente na produção, possa ser diminuído em números e controlado em suas atividades. Esta alternância cria uma pequena proporção de funções técnicas, a maioria delas ligadas à gerência e uma proporção maior de funções de grau inferior rotinizadas, técnicas ou burocráticas não especializadas [...] que alteram toda a divisão social do trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 218-219).

Braverman (1987) ainda identificou que as transformações sucedidas na produção e distribuição dos excedentes nesta fase ocasionaram a estruturação do trabalho improdutivo na sociedade moderna, mesmo não produzindo mais-valia. Sem modificar a concepção marxiana, o autor inseriu elementos essenciais ao debate sobre o processo de trabalho na esfera do setor de serviços:

Primeiro, a compreensão de que o processo de ampliação, em larga escala, das chamadas funções e atividades improdutivas decorre de fatores intrínsecos ao próprio processo de expansão do capital em sua fase monopolista; segundo, que este mesmo processo determinou a diminuição destas atividades e funções fora do alcance do capital, aumentando-as, em contrapartida, no seu interior, sob sua própria lógica e necessidade; e, terceiro, que as mudanças operadas na própria divisão do trabalho aproximaram o trabalho improdutivo do trabalho produtivo em termos de estruturação (ALMEIDA, 1996, p. 37).

Nesse sentido, é improvável perceber as transformações na estrutura ocupacional da sociedade se não entendermos a lógica da expansão do mercado como esteio para a acumulação de capital que reestrutura todas as formas de relação interpessoal e intergrupar dos indivíduos substituindo a relação tradicional pela de compra e venda (monetária), ou seja, a sociedade é transformada pelo capital em um mercado colossal (BRAVERMAN, 1987). Num esforço de síntese, podemos dizer que o capitalismo monopolista passou a produzir e consumir praticamente tudo na forma de mercadoria (inclusive os serviços) e criou a necessidade de expandir as inevitáveis e imediatas atividades estatais.

⁶ “Em todas essas atividades, o desenvolvimento do capital transformou a função operante do capitalista de uma atividade pessoal a um trabalho de uma multidão de pessoas. A função do capitalista é representar o capital e ampliá-lo. Isso é feito ou pelo controle da produção do valor excedente nas indústrias e atividades produtivas, ou pela apropriação dele de fora daquelas indústrias e atividades. O capitalista industrial, o fabricante, é um exemplo do primeiro; o banqueiro exemplifica o segundo. Essas funções gerenciais de controle e apropriação tornaram-se por si mesmos processos de trabalho. São controladas pelo capital do mesmo modo que ele executa os processos de trabalho da produção: com trabalho assalariado comprado em larga escala no mercado de trabalho e organizados em imensas máquinas ‘de produção’ de acordo com os mesmos princípios que governam a organização do trabalho na fábrica” (BRAVERMAN, 1987, p. 255-256).

No seio das nações capitalistas, miséria e insegurança tornaram-se aspectos mais ou menos permanentes da vida social, e aumentaram para além da capacidade das filantropias privadas de contratá-las. Uma vez que essas e outras fontes de descontentamento são concentradas nas grandes cidades e, ao persistirem sem melhoria, ameaçam a própria existência da estrutura social. O governo intervém para manter a vida e aliviar a insegurança. Com a rápida urbanização da sociedade e o aceleração do ritmo da vida econômica e social, a necessidade de outros serviços governamentais aumentou e o número e variedade destes por isso mesmo multiplicou-se (BRAVERMAN, 1987, p. 244).

Essa avaliação alicerça a importância do significado do processo de trabalho no setor de serviços na concretude da astúcia do próprio capitalismo, principalmente, do processo de trabalho do Serviço Social, inserindo-o nesta dinâmica dos serviços, pois as relações determinadas entre os principais sujeitos na esfera da produção e, todo antagonismo que se engendra da relação entre capital e trabalho, também compõe as múltiplas expressões na esfera da reprodução social.

Com esses novos arranjos, o processo de trabalho no setor de serviços se configura num ajustamento nos padrões de organização da produção, fazendo com que se instituem novos processos sócio ocupacionais concomitantemente favorecendo a fragmentação, a desqualificação, a transformação do trabalho complexo para o trabalho simples, nas delegações de tarefas, na perda de conhecimento/domínio de seu trabalho e em trabalhadores polivalentes. E é nesse momento, do chamamento do Estado para atuar nas mediações dos conflitos do processo de trabalho e de todas as mazelas oriundas da desigualdade da relação capital e trabalho que o Serviço Social se gesta como mais um dos canais de mediação existentes no aparato estatal.

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas *necessidades sociais* e *novos impasses* que passam a exigir *profissionais especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de ‘racionalidade’ e ‘eficiência’ inerentes à sociedade capitalista. O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição de grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada ‘questão social’, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 2013, p. 83).

Serviço social e a precarização do trabalho docente nas universidades privadas

A partir de uma análise teórica do Serviço Social, pautada na vertente marxista, constitui-se a compreensão de que o caráter do trabalho profissional atua no âmbito das relações de poder existentes na sociedade e na divisão sócio técnica do trabalho. Pioneira

nesta problematização, Marilda Iamamoto afirmou em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (2013) que o Serviço Social estava inserido nas dinâmicas do mundo do trabalho. Contudo, a autora não aborda a discussão do processo de trabalho em si, pois ela utiliza a categoria trabalho para pensar a gênese do Serviço Social. Foi necessário primeiramente analisar a produção e reprodução do modo de produção capitalista para identificar o momento histórico que o Estado passa a institucionalizar práticas já existentes e subjugá-las à acumulação do capital.

Posteriormente, Marilda Iamamoto retratou o Serviço Social como sendo “uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação do seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social” (IAMAMOTO, 2012, p. 27). Aqui a autora enfatiza os elementos simples do processo de trabalho do assistente social e o localiza como inscrito em um processo de trabalho coletivo como também afirma que o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social e a matéria-prima do seu fazer profissional são as múltiplas expressões destas questões que foram desenvolvidas a partir das forças produtivas e das relações sociais engendradas desse processo que fazem emergir novas necessidades de intervenção deste profissional.

Na publicação *Serviço Social em tempo de capital fetiche* (2014) retoma a discussão iniciada em sua primeira obra a fim de reafirmar sua tese acerca do significado sócio histórico da profissão. Todavia, introduz novos elementos de análise para pensar não somente a função social do trabalho do assistente social enquanto trabalho concreto, mas, a necessidade de situar este trabalho no circuito do valor como trabalho abstrato em tempos de hegemonia do capital financeiro. Marilda Iamamoto localiza o trabalho do assistente social como coletivo e que pode ao mesmo tempo, valorizar ou reproduzir o capital, isto é, tanto pode ser produtivo quanto improdutivo.

A profissão é resultado de condicionantes históricos determinados que se consolida na execução de políticas sociais, no atendimento às demandas e necessidades sociais viabilizando acesso a essas políticas e propondo e agindo com projetos interventivos com caráter socioeducativos a fim de proporcionar condições para a emancipação, a organização popular e a resistência. Ao conceder estratégias juntamente à questão social e suas múltiplas expressões na realidade sócio histórica do Brasil, é possível compreender quais os processos sociais são produzidos e reproduzidos na sociedade e, de que maneira estes são apreendidos pelos sujeitos em suas relações cotidianas.

Nesse sentido, o profissional de Serviço Social atua no campo da prestação de serviços⁷ por ser um trabalhador intelectual e especializado, gerando produtos através de

⁷ “Não resta dúvida de que o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições *materiais* e *sociais* daqueles, cuja sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito no *processo de reprodução da força de trabalho*, que é a única mercadoria que ao ser colocada em ação, ao realizar trabalho, é fonte de valor, ou seja, cria mais valor que ela custou. É ela que está no *centro do segredo da criação da riqueza social* na sociedade capitalista. E o Serviço Social interfere

intervenções na reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, do processo social político e ideológico dos indivíduos sociais e, de participar na sociedade da formação de consensos que estão intrinsicamente associadas à subsistência da classe operária, sendo estes responsáveis pela criação de ações possíveis em direção à proteção e emancipação dessa população frente às estratégias do poder hegemônico de dominação burguesa.

O assistente social, ao vender a sua força de trabalho aos organismos empregadores, afirma-se como um trabalhador assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho. Entretanto, este profissional não possui todas as condições e meios necessários ao cumprimento de seu trabalho, acabando subjugado às exigências impostas pelo seu contratante o que culmina em limites institucionais impostos pelo processo de valorização do trabalho capitalista.

Apesar de estar subjugado à lógica e as contradições da divisão social e técnica do trabalho, o assistente social, tem a possibilidade de atribuir a direção social ao seu exercício profissional advinda da autonomia a que dispõe e que está resguardada na legislação profissional. Assim em seu cotidiano, o assistente social precisa pensar em estratégias que possam lidar com situações singulares vivenciadas por sujeitos, famílias e grupos, que são cruzados pelas determinações de classes (PASSOS, 2014, p. 6).

Embora obtendo relativa autonomia na consumação do trabalho profissional, o assistente social está submetido aos contratantes no que diz respeito às suas condições de trabalho, pois são eles que possibilitam o acesso aos usuários a seus serviços, disponibilizam os recursos e meios para a realização destes, determinam preferências a serem executadas. O processo de trabalho no qual o assistente social atua, é organizado e, muitas vezes, gerido por seus patrões. E mesmo nessa contraditória relação ainda é possível para o assistente social redirecionar o sentido de suas ações para destinos sociais diferentes daqueles que foi contratado a executar, como por exemplo, atuar com qualidade, eficiência e comprometimento no processo de formação de assistentes sociais em universidades privadas.

É consenso entre os estudiosos (ALVES, 1999; ANTUNES, 2005; BRAZ, 2012; MOTTA, 2011; OLIVEIRA, 2003; dentre outros) que a partir dos anos de 1990 com o avanço do neoliberalismo no Brasil ocorreram transformações no modo de produção e reprodução da sociedade que reverberaram em novos padrões de acumulação capitalista, atingindo

na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as condições implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Então, não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade.” (IAMAMOTO, 2012, p. 67).

diametralmente o mundo do trabalho em todos os níveis e profissões. Essa nova conjuntura se configurou nos meandros da mundialização do capital definido por um contexto de precarização, desregulamentação e flexibilização do trabalho, que no país refletiu na intensificação da exploração do trabalho por meio da racionalização dos processos de gerência e controle do mesmo.

No Brasil, nos anos iniciais de neoliberalismo e como uma de suas consequências, se inaugurou amplo movimento de retrocessos aos direitos sociais que culminou numa reforma neoliberal protagonizada pelo Estado logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O Estado brasileiro, aliado à burguesia nacional, organizou um desmonte por meio de reformas conduzidas e controladas pelos organismos internacionais como exigências da nova ordem mundial vigente e de um novo projeto de sociabilidade constituído a partir do padrão dependente de desenvolvimento econômico, político, social e educacional (LIMA, 2005).

O padrão dependente de desenvolvimento do Brasil ocorreu a partir da integração dos interesses dos países imperialistas articulados aos da burguesia nacional determinando seu caráter subalterno e de país estratégico para a exploração dos setores privados nacionais e internacionais. A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho se deu de forma desigual e combinada, pois o processo de constituição histórica da formação social brasileira foi estabelecido por meio das relações determinadas entre os países imperialistas e periféricos. Além, de imitações e repetições de algo externo à nossa realidade fazendo do capitalismo brasileiro uma espécie de adaptação do arcaico com o moderno, característica do traço colonialista, que o legitima como um capitalismo periférico e dependente a fim de legitimar os privilégios dos países dominantes e se ajustar aos ditames do capital. (OLIVEIRA, 2003).

A compreensão do capitalismo e todas as suas alterações estruturais intrínsecas ao seu *modus operandi* não está desarticulada ao modo que a institucionalidade burguesa imprime à constituição de sua sociabilidade. É através da capacidade que este sistema econômico possui de captura das subjetividades da classe trabalhadora que se constrói uma classe do capital e não uma classe para o capital (DIAS, 1999).

Para a educação superior todos esses elementos determinados pelo contexto da crise somados às especificidades da constituição econômico-política do país, imprimiram para o trabalho docente e para a formação discente um processo de reconfiguração profunda. José Rodrigues (2007) aponta que a educação passou a ser utilizada como um dos principais mecanismos de saída da crise do capital, ou seja, como um grande negócio para a economia globalizada que, no Brasil, se consubstanciou com a contrarreforma da educação (LIMA, 2005; MANCEBO, 2010; MINTO, 2011; VIEIRA, 2015).

Este processo de reforma universitária escamoteou o direito à educação gratuita, pública e de qualidade com o objetivo de “viabilizar conhecimentos e trabalhadores necessários para a continuidade do processo produtivo acelerado” e também para legitimar “os interesses dos detentores do capital” (FRANÇA, 2012, p. 63). Houve um desmonte alicerçado nas privatizações e no sucateamento, especialmente, por meio da abertura do mercado ao capital exterior a fim de modernizá-la aos moldes internacionais (LIMA, 2005).

Aprofundando este cenário, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) determinou modificações no ensino superior a partir das orientações da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/96) que expressaram na educação superior sucateamento do ensino público pela máxima expansão ao ensino privado de forma aligeirada, precarizada e mercantilizada (NETTO, 2000). Entretanto, podemos afirmar que a perpetuação desse processo de contrarreforma da educação superior brasileira viveu seu ápice nos governos Lula (2003- 2011) e Dilma (2011-2016).

O governo Lula naturalizou a mercantilização da educação e consolidou a aplicação de reservas públicas nas instituições privadas em detrimento do investimento nas públicas, concebendo nítida fluidez das fronteiras entre o público e o privado (LIMA, 2005). Nesse sentido, compreendemos que a mercantilização e o empresariamento da educação superior localizam-se como constitutivo da organização e produção da vida social, pois a educação-mercadoria faz parte da necessidade sociometabólica do capital que tende a mercantilizar todos os espaços da vida social (RODRIGUES, 2007).

É importante destacar que segundo a Nota Estatística do Censo de Educação Superior (2014), foi identificado que a rede de educação superior brasileira ofertou 32.878 cursos de graduação em 2.388 instituições de educação superior no país, no qual 12% são em IES pública (federais, estaduais e municipais) e 88% em privada. As privadas detêm o total de 7.828.013 matrículas de graduação superando a marca de 7,8 milhões de alunos. Ainda segundo este documento, “entre 2003 e 2014, a matrícula na educação superior aumentou 96,5% e, em relação a 2013, o crescimento foi de 7,1%, o maior índice desde 2008” (INEP, 2014).

Segundo dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil (SEMESP, 2015), em 2013 existiam 2.391 IES, sendo 2.090 privadas e 301 públicas. No tocante ao curso de Serviço Social, cabe destacar dois elementos importantes: o primeiro é que, apesar de não constar no *ranking* dos cursos mais procurados na rede privada, em 2013, os números de matrículas, ingressantes e concluintes, foram respectivamente, 59.972, 23.055 e 9.646; na modalidade Ensino à Distância (EAD), é o terceiro curso mais procurado totalizando 85.171. O segundo elemento diz respeito à procedência dos alunos matriculados em IES privada que continua predominando egressos do ensino médio público com 69,7% e, do

privado, 30,3%; o curso de Serviço Social lidera o ranking dos 10 cursos com maior percentual de alunos procedentes do ensino médio público, com 86,5%.

Considerando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, é fundamental destacar que ele não se encontra isento dos impactos da transformação do mundo do trabalho, da reestruturação produtiva e nem da ofensiva neoliberal que atingem não só o profissional que está na efetivação das políticas públicas, mas também aqueles que estão no âmbito da formação.

A busca pela efetivação e fortalecimento do projeto ético-político profissional⁸ vem sofrendo impactos na conjuntura vivenciada nas universidades, pois a educação hoje está subordinada à acumulação do capital, o que compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública. Essa fragilização no ensino superior tem gerado vínculos frágeis e precários para alguns profissionais.

Como aponta Passos (2014b), o trabalho docente ao ser fragilizado apresenta uma série de tensões para a efetivação do projeto ético-político e das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para o curso de Serviço Social⁹. Tais tensões perpassam desde a forma de contratação, a carga horária atribuída ao profissional, as condições de trabalho e a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Essas tensões podem ser localizadas a partir do momento em que a universidade é convertida em organização social. Ela acaba sendo orientada de acordo com a lógica do mercado, que valoriza o quanto se produz, em quanto tempo e qual o custo do que é produzido. A materialização dessas exigências torna-se expressa por meio das demandas de produtividade para os docentes quanto à publicação de livros e artigos; redução das pesquisas; diminuição dos concursos públicos e aumento da contratação de professores substitutos; privatização dos cursos de pós-graduação; formação aligeirada; ampliação e consolidação dos cursos em modalidade a distância e, claro, a chegada e o estabelecimento das fundações.

⁸ O projeto ético-político do Serviço Social direciona-se para o fim das opressões/explorações de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e etc. e pelo fim da propriedade privada. O trabalho profissional pauta-se nessa perspectiva teórica e ideológica.

⁹ Apesar de Passos (2014b) estar analisando o trabalho do professor substituto e sua precarização na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ) é importante ressaltar que o processo de fragilização do projeto ético-político do Serviço Social também ocorre nessa experiência. Observa-se um avanço de inúmeras expressões da precarização do trabalho docente, seja na esfera pública ou na privada, o que repercute diretamente na formação dos novos assistentes sociais. Em relação a análise da precarização do trabalho do professor substituto e os impactos no projeto ético-político no âmbito das universidades federais buscar Passos (2015).

As metamorfoses do mundo do trabalho na contemporaneidade para o Serviço Social se expressam cada vez mais em todos os âmbitos sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Novas demandas, novo perfil, nova formação, novas relações trabalhistas, todos determinados pelas crises do capital e seus desdobramentos. Entretanto, a profissão é resultado de condicionantes históricos determinados que se consolidou na execução de políticas sociais, no atendimento às demandas e necessidades sociais viabilizando acesso a essas políticas e propondo e agindo com projetos interventivos e socioeducativos a fim de proporcionar condições de emancipação, organização e resistência da classe trabalhadora.

Retratar a questão social e suas múltiplas expressões na realidade sócio histórica brasileira é compreender quais processos sociais são produzidos e reproduzidos na sociedade e de que maneira estes são apreendidos pelos sujeitos em suas relações cotidianas. Nesse sentido, a importância da formação acadêmico-profissional do assistente social na atualidade se efetiva a partir dos elementos trazidos para entender a urgência desta problemática (IAMAMOTO, 2014).

Considerações finais

Compreender a categoria trabalho frente as transformações societárias deve ser uma tarefa permanente. Apresentá-la articulada ao Serviço Social, torna-se ainda mais necessário, uma vez que atuamos diretamente com as expressões da questão social.

Dessa maneira, analisar de forma preliminar a categoria trabalho e o processo de trabalho do Serviço Social, em especial do trabalho docente, no contexto contemporâneo, enseja à reflexão e criação de métodos para enfrentar as fragilidades da relação contraditória entre a precarização do ensino superior e a materialização do projeto ético-político da profissão.

Ao questionarmos as circunstâncias do trabalho docente torna-se de fundamental importância articulá-las com as mudanças do mundo do trabalho, com os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais e com a acometida neoliberal que impactam profundamente as exigências do seu fazer profissional.

É nesse contexto que o trabalho do assistente social se gesta, o que exige cada vez mais o fortalecimento das dimensões do seu trabalho com a necessária leitura da realidade para desvelar essas relações contraditórias. Suas dimensões teórico-metodológicas, ético-política, técnico-operativa e investigativo-propositiva, têm de se efetivar sempre articuladas num contínuo processo de formação e em consonância ao projeto ético-político da profissão.

Como a sociedade é constituída por projetos societários antagônicos e historicamente marcada pela luta de classes, tem-se a possibilidade de se construir projetos profissionais distintos e intrínsecos aos espaços políticos de resistência da classe trabalhadora e em detrimento a institucionalidade do capital que vem conquistando seus objetivos em relação à educação. Esta racionalidade tem descaracterizado o trabalho docente em forma de proletarização, tornando-o cada vez mais mecanizado, racionalizado, gerenciado e esvaziado de seu conteúdo científico, concretizando gradativamente a expropriação do conhecimento dos docentes e proporcionando uma desqualificação da formação nas instituições de ensino superior privadas (RAICHELIS, 2011).

Mesmo nessa contraditória relação ainda é possível ao assistente social dar a direção política do seu trabalho, atuando de forma comprometida com o projeto ético-político. Por esse motivo, compreender o pano de fundo do processo de precarização do trabalho docente frente à expansão, mercantilização e empresariamento da educação superior no cenário brasileiro é de suma importância, pois com o aumento de transferências de recursos públicos para o setor privado em prol da mercantilização da educação possibilitou a massificação deste segmento de ensino, em sua maioria, infelizmente, configurada de forma desqualificada e precarizada tanto em relação ao trabalho docente quanto na formação discente.

Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz T. de. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Revista Serviço e Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 52, dez. 1996.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2^a. ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 7^a ed. – São Paulo: Boitempo, 2005.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Textos didáticos**: a liberdade (im)possível na ordem do capital - reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.
- FRANÇA, Luciane Silva Nascimento. **Ser docente**: a experiência em uma Faculdade de Serviço Social privada. 133f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2012

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª. ed.; São Paulo: Cortez, 2014.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social. Revista **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014b.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38ª ed.; São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23ª ed.; São Paulo: Cortez, 2012.

INEP. **Censo da Educação Superior 2014**: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

MANCENO, Deise. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. In: OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JUNIOR, João dos Reis (Org.). **Educação superior no Brasil**: tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010. P. 37-53.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Capítulo Inédito D'o Capital**: resultados do processo de produção imediato. Porto: Publicações Escorpão, 1975.

MINTO, Lalo Watanabe. **A Educação da "Miséria"**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 322 fls. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de História, Filosofia e Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MOTTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6ª ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A Reforma do Estado e Impactos no ensino superior. In: **Revista Temporalis**, ano I, nº 1, jan/jun, 2000.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, nº. 50, p. 87-132, abr., 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PASSOS, Rachel Gouveia. Retratos do Serviço Social: dilemas da categoria trabalho no debate contemporâneo. **Revista UCPEL**, Pelotas, v. 20, n. 2. (2014a).

_____. O trabalho do professor substituto na FSS/UERJ: limites e impasses frente a precarização. IN: VELOSO, Renato *et alli*. **Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história**. EDUERJ, Rio de Janeiro, 2014b.

_____. La precariedad y trabajo docente: expresiones de desafío ético y político de trabajo social. **Revista de Trabajo Social**, Colombia, v. 17, p. 223-237, 2015.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEMESP. **Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

VIEIRA, Denise. **Alienação no trabalho docente?** O professor no centro da contradição. Salvador: Quarteto, 2015.

Enviado em 30/01/2017

Aprovado em 01/06/2017